

-----ACTA N.º 5/2014 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
FERREIRA DO ZÊZERE AOS DOZE
DIAS DO MÊS DEZEMBRO DE 2014 -----**

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Fábio Miguel Ferreira dos Santos e Isabel do Rosário Baptista, com a seguinte **ordem de trabalhos**:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- 1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
- 2.- Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores (11/4/2014, 06/06/2014 e 19/09/2014). -----
- 3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

- 1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do art.º 49.º da Lei n.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

- 1.- Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do Município, conforme alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
- 2.- Apreciação e votação da proposta da Resitejo - Associação de Gestão de Tratamento de Lixos do Médio Tejo, para contração de um empréstimo no montante de 200.000,00 €, conforme alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- 3.- Apreciação e votação da deliberação da Assembleia Geral da Resitejo - Associação de Gestão de Tratamento de Lixos do Médio Tejo, atinente à definição de critérios de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, conforme alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
- 4.- A Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 2, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
- 5.- Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho para o ano de 2015, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
- 6.- Apreciação e votação das opções do plano e proposta de orçamento para 2015, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
- 7.- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Presenças: Distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e um dos seus membros, tendo-se registado a ausência do eleito local Dr. Aurélio Nunes.-----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores Eng.º Paulo Jorge Alcobia das Neves, Dr. António Vicente Martins, Dr. Hélio Antunes e Dr.ª Elisabete Matias Henriques. -----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas quando, verificada a existência de *quórum*, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não se verificaram intervenções.-----

2.- Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores (11/4/2014, 06/06/2014 e 19/09/2014). -----

Ninguém interveio. -----

Colocada à votação, a ata de 11 de abril de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

Colocada à votação, a ata de 6 de junho de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

Colocada à votação, a ata de 11 de setembro de 2014 foi aprovada por unanimidade.-

3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Bruno Gomes, no uso da palavra, mencionou que esteve presente no conselho da comunidade do agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo, numa

reunião onde referiram que o agrupamento tem 17000 utentes a menos, e Ferreira do Zêzere, tem 235 utentes a menos. É dos agrupamentos que prescreve mais medicamentos e houve um acréscimo orçamental de 55% relativo a serviço de hemodialise. Acerca das Unidade Móveis de Saúde não há novidades e a situação dos utentes sem médico de família deve demorar 3 anos a ser resolvida. O Administrador do Centro Hospitalar do Médio Tejo referiu que o grande desafio do centro hospitalar é captar médicos. O ponto crítico é os médicos estarem a ir embora. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do art.º 49.º da Lei n.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não se verificaram intervenções por parte do público.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1.- Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do Município, conforme alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

A eleita local Catarina Martins iniciou a sua intervenção dando os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara por ter conseguido trazer para Ferreira do Zêzere o Campeonato Mundial de *wakeboard*, após tantos anos com o rio subaproveitado, em termos de atividades e desportos náuticos. Perguntou qual a entidade responsável pela organização do evento e como é que se proporcionou.-----

O Presidente da Câmara Municipal informou que o organismo que tutela a prática deste desporto, em Portugal, é ainda uma associação porque não há federação, mas o grande promotor é uma empresa de Luís Segadães, promotor das 7 Maravilhas. É

um evento muito grande e é que primeira vez que vai ser realizado na Europa. Irá trazer 200 a 300 praticantes e onde vão ser atribuídos todos os títulos mundiais de wakeboard. Ao contrário de alguns colegas, da CIMT, gosta de partilhar as coisas e fez questão de levar o assunto à CIMT para saber se mais colegas se queriam juntar nesta iniciativa, que tem tudo para ser boa para a região. A proposta foi bem aceite, mas alguns colegas tentaram levar a prova para os seus concelhos. A maneira como isto foi conseguido só irá revelar depois de tudo estar realizado.-----

2.- Apreciação e votação da proposta da Resitejo - Associação de Gestão de Tratamento de Lixos do Médio Tejo, para contração de um empréstimo no montante de 200.000,00 €, conforme alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Bruno Gomes pediu esclarecimentos sobre aquela proposta. Para si que não conhece bem a Resitejo, e sendo ela uma Associação de Municípios, causou-lhe alguma estranheza quando, é a associação a ter que fazer um crédito em nome de uma Câmara Municipal. Acha que fazia muito mais sentido a Câmara da Golegã desenrascar-se e fazer ela o crédito. Acha este tipo de coisas um pouco estranhas.-----

O Presidente da Câmara Municipal explicou que a Câmara da Golegã não tem capacidade de endividamento e esta é a solução para conseguirem ajudar a Câmara da Golegã a resolver o problema. Quanto ao facto do eleito local Bruno Gomes achar isto estranho deixou o desafio para que lesse a escritura de constituição e os estatutos da Resitejo. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com treze votos a favor, sendo doze dos eleitos locais do PSD e um dos eleitos locais do PS, zero

votos contra e oito abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** a proposta da Resitejo-Associação de Gestão de Tratamento de Lixos do Médio Tejo para contratação de um empréstimo no montante de 200.000,00 €.-----

3.- Apreciação e votação da deliberação da Assembleia Geral da Resitejo - Associação de Gestão de Tratamento de Lixos do Médio Tejo, atinente à definição de critérios de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, conforme alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

O eleito local Bruno Gomes, relativamente a este ponto que é uma obrigação de lei, sabe que há municípios que nem sequer vão levar à Assembleia Municipal e, segundo o que lhe disseram, caso haja algum município que não aprove esta medida, ela não vai avançar. O que lhe suscita algumas dúvidas é o facto de se estar a trazer dívida para o Município, quando este não tem a responsabilidade absoluta sobre a mesma. Acha que é um princípio que não é muito correto.-----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta, começou por informar que se as Câmaras não aprovarem o que está a votação, será aplicado o estipulado na b) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013. Se não houvesse esta abertura na lei, o endividamento que cabia a Ferreira do Zêzere era 700.000,00 € e Ferreira do Zêzere aguenta-se com este valor, mas mais ninguém tem capacidade de endividamento no Médio Tejo. Com o que está a votação consegue-se que, a Ferreira do Zêzere, caiba cerca de 49.000,00 € e às outras Câmaras caiba proporcionalmente. A Câmara não está a assumir dívida nenhuma, a única coisa que acontece é aquele valor contar para os cálculos do endividamento do Município. -----

A eleita local Sofia Miguel interveio dizendo que o que estavam ali a discutir não era só uma questão de lei. Há sempre um compromisso que vão assumir e, se alguma coisa correr mal, vão sempre ter que assumir esse risco. Acha mais justo não estarem só ali a definir o que está na lei ou deixa de estar, acha também importante falarem dos estados de espírito que envolvem estas questões. Não é justo correrem o risco de assumir uma dívida, quando ninguém divide lucros com Ferreira do Zêzere. Em relação a esta apreciação, daquilo que já foi falado e que sai muitas vezes para a Comunicação Social, têm de aproveitar a Assembleia para discutir estes assuntos e para saberem mais alguma coisa para além daquilo que vem nas folhas. -----

O Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra disse que os membros da Assembleia Municipal têm a informação que querem ter. Se lerem as atas e a informação apensa a estas, estão lá os relatórios e balancetes mensais. A Resitejo, nos últimos 10, 12 anos nunca teve prejuízo. Estão a falar de um investimento de mais de 18 milhões de euros e não de dívidas acumuladas. Este organismo existe, não para dar lucro, mas para suprir uma necessidade que os municípios tinham, pois não tinha capacidade, *per si*, de tratar dos resíduos sólidos urbanos e cumprir a legislação europeia e portuguesa. O lucro, para as Câmaras, passa através dos imensos investimentos que estão a ser feitos. A Câmara paga uma quota de 400,00€ por mês e paga, à tonelada, o lixo produzido e, o preço por tonelada, não tem aumentado. Estão a cumprir, com a reciclagem, muito acima do que é obrigatório pela legislação comunitária. Conhece poucas entidades com estas características, que estejam tão bem geridas, como está esta Associação, mas lucros nunca vai dar e, quando isso acontecer é mau sinal, pois quer dizer que os munícipes estão a pagar os resíduos sólidos mais caros do que deviam. -----

Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com doze votos a favor dos eleitos locais do PSD, zero votos contra e nove abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** deliberação da Assembleia Geral da Resitejo - Associação de Gestão de Tratamento de Lixos do Médio Tejo, atinente à definição de critérios de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município.-----

4.- A Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 2, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Câmara Municipal começou por explicar que a empresa em questão dava prejuízo e a Câmara já teve que pôr dinheiro para cobrir esses prejuízos, por isso venderam as ações a 0,01€. A alteração orçamental é para se poder encaixar os 40,00 € da venda das ações. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com doze votos a favor dos eleitos locais do PSD, zero votos contra e nove abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** a Revisão Orçamental n.º 2. -----

5.- Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho para o ano de 2015, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria com treze votos a favor, sendo doze dos eleitos locais do PSD e um dos eleitos locais do PS, zero votos contra e oito abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** o Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho para o ano de 2015. -----

6.- Apreciação e votação das opções do plano e proposta de orçamento para 2015, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Armando Alexandre verificou que a Revitalização das sedes de Freguesia está dotada com 1,00 €. Pediu que o Presidente da Câmara lhe explicasse se era um assunto que saiu do mapa pois, como nem todas as sedes de freguesia foram revitalizadas, 1,00 € não é nada. Quanto à verba constante na Pavimentação e Repavimentação das Vias de Comunicação do Concelho gostaria de saber a quais de destina.-----

O eleito local Paulo Ferreira Rodrigues interveio dizendo que nas Grandes Opções do Plano, na Aquisição de Livros/CD's/Vídeos para a Biblioteca está inscrita uma verba de 1.000,00 € para o ano de 2015. Tendo em conta que o IFLA - International Federation of Library Associations, recomenda 250 volumes por cada 1000 habitantes e a Rede de Bibliotecas Públicas recomenda cerca de 28 volumes por cada 1000 habitantes, gostava de saber, no caso da Rede de Bibliotecas Públicas, como é que iam adquirir cerca de 250 livros com 1000,00 €.-----

A eleita local Sofia Miguel, no uso da palavra, referiu que não havia dúvida que estavam perante um orçamento de gestão. Algumas coisas já foram ali faladas como é o caso das estradas. Relativamente às rubricas dotadas com 1,00 € perguntou se se trata de projetos que estão em curso ou que foram abandonados mas, têm que se manter as rubricas para não voltarem novamente à Assembleia. Nas GOP – Atribuição de verba para expediente e limpeza 1.º CEB e Pré-Escolar, que pensa corresponder às despesas de gás e eletricidade, presume que o valor inscrito tenha sido um erro.-----

O eleito local José Manuel Duarte, a propósito deste ponto, deu os parabéns à Câmara, na pessoa do Presidente, pelo rigor do Orçamento. É um orçamento que conseguem ler e entender. -----

O eleito local Bruno Gomes, aproveitando o que disse o eleito local que o antecedeu, pediu que lhe explicasse o porquê das suas palavras.-----

O eleito local José Manuel Duarte, em resposta, disse que aquilo que tantas “cócegas” está a provocar, a questão de rubricas dotadas com 1,00 €, mostra um orçamento de verdade, ou seja, não há dinheiro para as rubricas, mas a verba fica aberta em orçamento para, vindo a haver, a obra se possa realizar. -----

O eleito local Bruno Gomes retomou a palavra dizendo que estavam algumas coisas escritas naquele documento e, gostava que lhe explicassem o porquê delas estarem escritas. Uma dela fala em *dar continuidade a um projeto de desenvolvimento sustentável*. Sinceramente não sabe qual é este projeto, nunca o viu de forma palpável pelo que pediu que lhe explicassem. A dada altura o orçamento fala que *tiveram em conta a continuação da promoção do emprego através da dinamização e da diversificação da atividade empresarial*. Não sabe o que é que a Câmara Municipal faz para promover o emprego pois, olhando para os documentos, o que vê é contratação através de contratos de emprego inserção, que é trabalho precário. Sabe que têm uma zona industrial a preços simbólicos, embora continue a achar que quem para lá vai, não traz muito emprego. Quanto ao apoio técnico ao investidor, também referido no orçamento, aquilo que costuma dizer é que nem um *dossier* do investidor existe. O orçamento fala também no *apoio aos empresários para que tenham acesso às melhores formas de financiamento* mas, que saiba, a Câmara Municipal não tem nenhum protocolo com nenhum banco, não pode ser fiadora, não

pode ser avalizadora, pelo que gostava que lhe explicassem como o conseguem fazer. O orçamento fala também que *têm como objetivo uma gestão mais participada bem como a criação de mecanismos de envolvimento da população*. Em sua opinião, entram ali numa contradição, pois a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, um orçamento participativo e, o Executivo, desrespeitou esta decisão. Também o Conselho Municipal de Juventude, um conselho de lei, ainda não está implementado. Relativamente ao resto não há nada de relevante. É um orçamento de gestão, e como é um sonhador, parece-lhe que não é um orçamento de sonho. Continua a não ver uma linha orientadora para o futuro do concelho. -----

O eleito local Armando Alexandre interveio novamente referindo que quando falou na questão da Revitalização das Sedes de Freguesia só estar dotada com 1,00 €, não concorda com a explicação dada ali no elogio ao orçamento, porque na revitalização das sedes de freguesia já se investiu muito dinheiro. Algumas ficaram para trás e, quando não há verbas para executar esses trabalhos, que deviam ser prosseguidos e que os puseram para “o cesto dos papéis”, não pode concordar com a história de 1,00 €. Em relação ao Orçamento, no que se refere a Rendimentos de Propriedade – Outros, dotado com 426.094,00 € pediu que lhe explicassem que rendimentos são. Quanto a Outras Despesas Correntes – Outras, dotada com 425.000,00€ pretende também que lhe seja explicado. No que se refere à rubrica Viadutos, arruamentos e obras complementares dotada com 1.116.507,00 € feza mesma questão, ou seja que lhe seja esclarecido em que obras vai ser aplicado. -----

O eleito local Bruno Gomes solicitou de novo o uso da palavra para perguntar onde fica o Largo Frei Diogo de Canter, uma vez que os arranjos exteriores deste largo têm atribuída uma verba alta. -----

O eleito local Eduardo Mendes interveio começando por dizer que quase sempre vai para as sessões da Assembleia com a ideia de ficar calado mas, depois começa a sentir umas “cócegas”. De repente estava a lembrar-se de Pirro, que era um fulano que fazia guerra por fazer guerra e nunca ganhava coisa nenhuma. É a figura da bancada do PS nesta sessão. Todos sabem que não vão votar a favor. Estão no seu legítimo direito de chatear e fazer perguntas mesmo daquilo que lá está no texto. ----

O eleito local, Armando Alexandre, interrompeu a intervenção do Dr. Eduardo Mendes, demonstrando o seu desagrado e discordância pelas palavras proferidas por este, gerando-se, seguidamente, um pequeno diálogo entre os dois.

O Presidente da Assembleia Municipal, interrompendo a discussão gerada, informou o Sr. Armando Alexandre que podia usar da palavra a seguir, para alegar a sua discordância e devolveu a palavra ao eleito local Eduardo Mendes, para continuação da sua intervenção.-----

O eleito local Eduardo Mendes continuou dizendo que quase que acredita que aquelas pessoas estavam todas bem-intencionadas, mas é-lhe difícil acreditar. Isto porque já sabe que eles não vão votar a favor. Por mais que lhe digam e lhe expliquem, estão a fazer um exercício de estilo para mostrar que ganham as senhas. Acha bem.-----

O eleito local Armando Alexandre interveio dizendo que lamentava profundamente a atitude do eleito local Eduardo Mendes que, aliás, é repetente nestas atitudes de provocar os outros. Pelo menos devia aprender a respeitar os outros, não lhe reconhecendo autoridade, uma vez que a sala não é sua, nem ele é dono de ninguém, para mandar calar quem quer que seja. Esse tempo já acabou, felizmente. Pessoalmente não admite, a quem quer que seja, porque tem procurado respeitar

toda a gente. Não admite que façam cenas destas porque, se o eleito local Eduardo Mendes não gosta das intervenções da bancada do PS, esta tem o direito de as fazer, e tem o direito de votar aquilo que entende, ou de se abster. Não aprovam um documento que não é deles e têm o direito de o fazer. Se o eleito local Eduardo Mendes não gosta, paciência. -----

O eleito local Eduardo Mendes, no uso da palavra, referiu que foi uma brilhante lição de democracia a que ali tiveram. Esteve calado, deixou dizerem tudo o que entenderam e, quando resolve dizer aquilo que pensa, é chamado “dono da sala”. Disse que ainda bem que não é dono da sala, porque se fosse, o eleito local Armando Alexandre não entrava lá. E não entrava, não só por aquilo que fez na sessão, mas por aquilo que tem feito em muitos sítios, há muitos anos.-----

O eleito local Bruno Gomes solicitou o uso da palavra para dizer que o Partido Socialista ao longo destes anos tem tido uma posição de colaboração para com o Município. Virem para ali dizer que o Partido Socialista não merece as senhas de presença que vem ganhar, parece-lhe que não fica bem a um deputado com tantos anos, como o Dr. Eduardo Mendes tem no Concelho. O Partido Socialista tem-se afirmado como uma alternativa credível, pelo que lembrou os resultados das últimas eleições, e parece-lhe, perante os ferreirenses, que aquilo que o PS diz, e as tomadas de posição que têm, certamente, para quase metade dos ferreirenses votantes, terá alguma razão de ser. Continua a achar que a dadas alturas o Dr. Eduardo Mendes se excede. Ser advogado de defesa sempre, e no tom que o faz, nem sempre é uma mais-valia. Também já teve aquele tom aguerrido e forte, mas a vida tem-lhe ensinado que nem sempre podem ter essa postura. E o conselho que dava ao Dr. Eduardo Mendes era que, tivesse alguma calma e ponderação. Pediu que

respeitasse os eleitos do PS, pois estão ali para dar o melhor deles. Se quisessem estar ali, não por bem, mas por mal, as coisas poderiam estar bem mais “quentes”. ---

O Presidente da Câmara em resposta às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal começou por dizer, ao eleito local Armando Alexandre, que preferia ter 1,00€ na rubrica da revitalização da sede de Águas Belas, do que não ter rubrica. Em relação às rubricas “Outros” é só ler o que é que englobam. Em relação às estradas também não sabe quais são, mas como tem que ser um concurso público virá à Assembleia. Adiantou no entanto algumas. Em relação aos livros para a Biblioteca, prefere ver a utilização que a mesma tem do que as estatísticas. A verba que está no orçamento é uma verba indicativa que já dá para comprar alguns livros. Depois com a Feira do Livro, a comissão é dada em livros. Há particulares que também oferecem livros e algumas editoras também. A Câmara vai criar extensões da Biblioteca em todas as Freguesias que queiram aderir, o que significa que não tem assim tão poucos livros. Em relação às Grandes Opções do Plano garantiu que a Câmara tem projetos feitos para dez anos, saneamento, estradas, entre outros. Falta é dinheiro. A verba para expediente e limpeza, é mesmo para a limpeza do espaço, pois a Câmara também tem essa responsabilidade. Em relação ao facto da Câmara não fazer nada para promover o emprego, garantiu que não andam a fazer vigílias para correr com os investidores. Ainda há pouco tempo atribuíram mais dois lotes para outra empresa. Obviamente não são as empresas que queria, mas são as que se conseguem trazer. Quanto à falta de visão estratégica, referida pelo eleito local Bruno Gomes, disse que já cumpriram todas as opções estratégicas eleitorais do PS. O manifesto apresentado pelo PS, a eleição, não tinha nada de obras. Quanto ao facto do Executivo não ter feito o orçamento participativo, lembrou que a

Assembleia não manda na Câmara. A Assembleia fez uma proposta ao Município e este entendeu não fazer o orçamento participativo, embora pudesse aparentar que fazia. Acha estranho, o eleito local Bruno Gomes estar a falar em participação quando não houve propostas, por parte do PS, para o Orçamento e, lembrou que o Bruno Gomes, no ano anterior, disse que para o ano o PS ia apresentar um orçamento alternativo, mas não apresentou. Às vezes é preciso medir as palavras. Quanto ao Conselho de Juventude está à espera que outros concelhos, mais avançados, o implementem para tirar ideias. O Largo Frei Diogo Canter é atrás do edifício dos Paços do Concelho.-----

O eleito local Armando Alexandre agradeceu a explicação feita em relação às estradas, informando que, foi precisamente nesse sentido que colocou a questão. Se houvesse uma informação idêntica ao que lhe foi explicado, já não tinha feito a pergunta.-----

O eleito Local Bruno Gomes interveio dizendo que percebia que o Presidente da Câmara defendia aquilo que tem que defender e menospreze aquilo que tem que menosprezar. Relativamente ao Orçamento em discussão, se perguntar qual é o projeto de desenvolvimento sustentado, o Sr. Presidente não é capaz de lhe dizer, e não percebe o que é que o orçamento traz ao Município que o faça desenvolver. Uma coisa é desenvolver-se devagarinho, outra coisa é desenvolver-se com olhos de ver. Relativamente à apresentação de um orçamento alternativo, também se lembrou que o tinha dito e, queria cumprir com a sua palavra, mas teve até quem lhe disse que ele nunca seria aprovado. Também chega à conclusão que, com os dados que tem, seria muito difícil apresentar ali um orçamento. De qualquer forma as palavras

do Sr. Presidente não ficam esquecidas e ainda têm mais alguns anos de Assembleia Municipal.-----

O eleito local José Manuel Duarte a respeito deste assunto referiu que era evidente que, se lhe dissessem que o Sr. Bruno Gomes ou a bancada do PS apresentava ali um orçamento alternativo, ficaria admirado porque é um documento bastante técnico e têm muito poucas condições para produzir um documento daqueles. Mas também não justifica que se vá para a Assembleia fazer a oposição da desconfiança. Seria extraordinariamente positivo se se tivesse portado, naquela discussão, como a verdadeira oposição ou seja, pode não apresentar um orçamento, mas pode apresentar as Grandes Opções do Plano. Se o tivesse feito o recado ficava dado e a respeitabilidade política ia-se conquistando.-----

O eleito local Bruno Gomes, em resposta, referiu que se olharem para o Orçamento o que ele tem de mais são as estradas todas alcatroadas. A única rubrica que vê que tem uma estratégia é o alcatrão. De resto, tem gestão diária.-----

O eleito local José Manuel Duarte disse que todos têm que ter consciência que não devem dizer aquelas coisas. Têm que ter consciência da realidade do país. Têm que ter consciência que o país tem uma dívida que representa 130% do PIB. O Orçamento da Câmara de Ferreira do Zêzere também é consequência disto. É um orçamento modesto e simples. -----

O eleito local Bruno Gomes disse ao Dr. José Manuel Duarte para não culpabilizar a oposição deste município, mas sim os consecutivos governos do país. Se defende o orçamento com a posição em que está o país, então não tem que criticar a oposição.--

A eleita local Sofia Miguel interveio dizendo que estava extremamente desiludida. Se havia quem falasse em pessoas que já ali tiveram uma lição de democracia, teve

ali uma lição de falta de maturidade política. Perguntou se queriam que eles, como partido da oposição, votassem a favor só porque sim. Perguntou se custava a entender que não votam a favor, não só por estarem do contra, mas sim por não concordarem com as decisões do executivo. Ali ninguém está contra Ferreira do Zêzere. As diferenças que existem são políticas. Perguntou se estavam a cobrar um orçamento à bancada do PS e perguntou quem é o órgão executivo. -----

O eleito local José Manuel Duarte no uso da palavra esclareceu que disse precisamente o contrário do que a eleita local, que o antecedeu, entendeu.-----

O Presidente da Câmara Municipal, relativamente à imaturidade política, referiu que não se lembra de ter obrigado o eleito local Bruno Gomes a dizer que iria apresentar o orçamento alternativo. O que orienta a estratégia de um partido para um concelho, durante quatro anos, é o manifesto eleitoral. Não percebe porque é que reclamam tanto, do executivo não estar a fazer aquilo que o PS não propôs. O que o PSD propôs está a cumprir, mas não anda a anunciar o que faz. Sabe o que não vai fazer: não vai retirar refeições às crianças, não vai deixar de pagar livros, não vai deixar de aumentar, sempre que possível, o número de auxiliares nas escolas, não vai deixar de ter uma rede de transportes escolares efficientíssima. Parte da despesa corrente da Câmara é em prestações sociais. Conseguem olhar para um orçamento que tem uma poupança da receita corrente para a despesa corrente de 22,22% e não lhes diz nada. Outra coisa que sabe que não vai fazer é deixar a Câmara endividada para as gerações futuras, não quer aumentar os impostos que os ferreirenses pagam, quer continuar a ter piscinas gratuitas, a continuar a apoiar o associativismo. Também tem uma estratégia para o concelho, mas não tem dinheiro. É um orçamento para gerir o dia-a-dia mas de uma Câmara que não tem dívidas, tem dinheiro a prazo,

embora esse não seja o fim da Câmara mas sim uma situação pontual, paga as faturas quando chegam à Câmara, demorando apenas o processo burocrático para as pagar. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria com treze votos a favor, sendo doze dos eleitos locais do PSD e um dos eleitos locais do PS, zero votos contra e oito abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** as Opções do Plano e proposta de Orçamento para 2015. -----

7.- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

Não houve intervenções. -----

O Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra o que lhe foi concedido. Disse ao eleito local Bruno Gomes que no próximo ano, os Presidentes de Junta do PS não vão ter alcatrão e, pediu ao referido eleito local que lhes perguntasse o que é que eles querem que a Câmara faça nas suas freguesias, em vez de alcatrão. Em seguida desejou um Bom Natal e Feliz Ano Novo a todos. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, desejou umas Boas Festas e encerrou a sessão, pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Luís Ribeiro Pereira _____

Fábio Miguel Ferreira dos Santos _____

Isabel do Rosário Baptista _____